



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

ATA DA 2ª/2021 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO – MDU, DO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO DA UFPE.

Aos 22 dias do mês de janeiro de 2021, às 10h, por **videoconferência** através da plataforma Jitsi, reuniu-se o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, sob a presidência da Profa. Cristina Pereira de Araujo na condição de coordenadora do Programa. Após a verificação de quórum, deu-se início a reunião contando com a seguinte pauta. **Pauta única: Documento enviado por uma parte dos docentes do Colegiado:** *trecho de ata da reunião de 20/12/21: foi realizada a leitura do entendimento das solicitações empreendidas pelos colegas docentes, contando com o aval da PROPG. Ficou acordado que teremos uma reunião extraordinária em janeiro para discutir o referido documento, dia 22/01/2021 das 10h às 12h.* A Coordenação coloca anexa a esta ata, o documento enviado pelos colegas docentes bem como as respostas a cada item, que contou com o aval do professor Tony Meirelles da Coordenação de Strictu Sensu. Após discussão optou-se por votar o seguinte parecer: “Torna-se nula a decisão da penúltima ata de Colegiado de 18 de novembro do ano de 2019 que foram considerados colaboradores os professores Guilah Naslavsky, José de Souza Brandão, Maria de Jesus Britto Leite, Maria Luiza Freitas, portanto, os professores passam a ser considerados como permanentes a partir de janeiro de 2020. Os demais professores colaboradores do MDU serão enquadrados à luz da Resolução PROPG 19/20, em seu artigo 18, que prevê somente a categoria docente e que em seu artigo 15 diz que todos os docentes do Programa estão em processo de credenciamento no início da quadrienal, portanto, a partir de janeiro de 2021, e que estamos aguardando a instrução Normativa da PROPG que regulamentará o artigo 15. Por maioria, o Colegiado votou positivamente pelo parecer, tendo votos contrários da professora Julieta Leite, Ruskin Freitas e Fernando Diniz. Abstenções dos professores Cristina Araujo e Luiz Amorim. Adicionalmente, a prof Guilah pede para que se inclua nessa ata: “Caro colegiado, Solicito a reavaliação de meu processo de rebaixamento para colaboradora em 18.12.2019. O meu pleito diz respeito ao que diz no artigo Art 74 sobre a permanência do docente no programa, que deveria seguir os critérios abaixo elencados: “Art. 74 - A manutenção do docente no Programa dependerá do resultado da avaliação anual de seu desempenho, considerando-se, no mínimo, os seguintes critérios: I. Ministrar disciplinas nos dois semestres letivos anuais, salvo afastamento legal das atividades docentes, não sendo consideradas para este efeito as disciplinas de Estudos Dirigidos; II. Orientar no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) alunos. Casos excepcionais deverão ser analisados pelo Colegiado do Programa; III. Participar de grupos de pesquisa inscritos nos órgãos de fomento; IV. Comparecer a, no mínimo, 75% das reuniões do Colegiado no ano; V. Participar de comissões do Programa (seleção anual, bancas de defesa de dissertação, qualificação e tese de doutorado); VI. Apresentar produção intelectual comprovada, considerando os critérios estabelecidos pela Área de Avaliação na CAPES, conforme definida no Art. 73, inciso II deste Regimento, e atender às seguintes metas: a) periódicos: atingir a pontuação média anual de 0,83; b) anais de eventos: atingir a pontuação média anual de 1,00; c) livro, capítulo de livro, livro organizado: atingir a pontuação média anual de 1,00; VII. Manter atualizado seu Currículo Lattes, fornecer informações



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

complementares, sempre que solicitado pela Coordenação do Programa, e comprovar sua produção acadêmica; VIII. O enquadramento do docente no Programa, segundo define o caput do Art. 72, ocorrerá após a seleção anual de ingresso de novos alunos, em reunião do Colegiado convocada especificamente para este fim anualmente. § 1º - O(a)s professore(a)s que não atenderem a um dos critérios estabelecidos nos incisos I a VII deste Artigo serão desligados automaticamente do Programa; § 2º - O(a) professor(a) permanente e colaborador(a) que não atender ao contido neste Artigo ou em outras normas estabelecidas pelo Colegiado do Programa, será descredenciado.” Entendo que também outros docentes que permaneceram no programa na ocasião não atenderam aos mesmos critérios. Nesse caso solicito uma revisão do rebaixamento para que se mantenha o princípio da isonomia. Ademais, a eleição exclusiva do artigo Qualis A ou B como único critério a ser levado em consideração na produção não contabilizada outros itens listados pelo regimento interno como metas, a saber: anais em congressos, livros e capítulos de livros (ver item VI do regimento interno acima). E ainda que o colegiado tenha decidido na 7ª/2019 Reunião do Colegiado do Curso de Pós-graduação do em Desenvolvimento Urbano – MDU, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE em 18/11/2019, o colegiado decidiu que na: “ 3. Auto- avaliação da produção docente. “o colegiado decidiu que, para efeito de avaliação, aqueles professores permanentes sem produção Qualis A ou B passariam para a categoria de colaborador, considerando a proporção do número de docentes permanentes e colaboradores do PPG (30%). O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos membros do colegiado, tendo um voto contra.” Essa decisão fere o regimento interno. O meu pleito é de que todos os professores sejam reavaliados porque permaneceram professores que não atenderam aos critérios de seleção. Portanto, me sinto prejudicada. Att. Guilah Naslavsky”. Restando ainda pontos a discutir, optou-se por nova reunião extraordinária a ocorrer em 05 de fevereiro de 2021, às 8h. Finda a reunião, os membros presentes ratificam a ata realizada por videoconferência.

Professores Permanentes

Cristina Araujo (coord) *videoconferência*
Luiz Amorim (vice coord) *videoconferência*
Renata de Albuquerque (tec adm) *videoconferência*
Ana Rita Sá Carneiro *videoconferência*
Fernando Diniz *videoconferência*
Flávio Souza *videoconferência*
Julieta Leite *videoconferência*
Leticia Mendes *falta justificada*
Lucia Leitão *videoconferência*
Maria Angela Souza *videoconferência*
Max Andrade *férias*
Natália Vieira *videoconferência*
Norma Lacerda *férias*
Renata Campello Cabral *videoconferência*
Ruskin Marinho de Freitas *videoconferência*
Sergio Benício *falta justificada*



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

Tomás Lapa *videoconferência*
Virgínia Pontual *falta*
Ana Raquel Santos Meneses (rep. Doutorado) *videoconferência*
Celso Vinícius Ribeiro Sales (rep. Mestrado) *falta*

Professores Colaboradores (convidados)
Circe Monteiro *videoconferência*
Cristiano Borba *não compareceu*
Edvânia Torres Aguiar Gomes *não compareceu*
Guilah Naslavsky *videoconferência*
José de Souza Brandão *não compareceu*
Maria de Jesus Britto Leite *videoconferência*
Maria Luiza Freitas *videoconferência*
Suely Leal *não compareceu*

PROPOSIÇÕES DO GRUPO DE PROFESSORES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO AO COLEGIADO E À COORDENAÇÃO DO MDU

(Ana Rita, Angela, Circe, Flávio, Guilah, Lúcia, Maria Luíza, Juju, Natália, Renata, Tomás, Virginia, Zeca)

Nossos objetivos centrais para a reflexão de hoje concentram-se nos seguintes pontos:

PONTO CENTRAL QUE PERPASSA TODOS OS OUTROS-

Restabelecer a comunicação saudável entre Coordenação e Colegiado (uma vez que é uma unanimidade a necessidade de se realizar o processo de autoavaliação).

A partir deste PONTO CENTRAL, elencamos aqui algumas reflexões com o objetivo de:

- 1- Restabelecer o **protagonismo** do Colegiado para tomada de decisões.
- 2- Rever a proposta de autoavaliação e sua relação com o processo de credenciamento/recredenciamento/descredenciamento
- 3- Revisão da Definição de Professor Colaborador em acordo às definições da CAPES
- 4- Considerar as especificidades do momento que vivemos

TEMA 1: RELAÇÃO COLEGIADO X COORDENAÇÃO

Premissas básicas:

- A coordenação dos cursos de pós-graduação é um cargo de confiança outorgado pelo Colegiado de cada um desses cursos;
- O Colegiado é instância soberana na pós-graduação;
- Como instância máxima, o Colegiado pode rever, a qualquer tempo, decisões anteriores por ele tomadas, mesmo as regimentais, seja por entendê-las equivocadas, seja em consequência do surgimento de novos dados ou de novas informações;
- Precisamos, juntos, superar este momento de evidente crise interna. Reconhecê-la é o primeiro passo em direção à sua superação. Todos desejamos o mesmo: um MDU forte e reconhecido nacionalmente (fizemos um histórico dos últimos acontecimentos que nos levam a essa afirmação da crise e, oportunamente, podemos apresentá-lo).

TEMA 2: CREDENCIAMENTO/DESCREDENCIAMENTO COMO AÇÃO DA AUTO-AVALIAÇÃO

A UFPE publicou em 2020 um “Documento norteador para o processo de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFPE”, no qual afirma que:

[...] a noção de autoavaliação vem sendo pensada como ação que se fundamenta no potencial reflexivo e formativo das práticas e processos de avaliação, objetivando aprofundar o conhecimento dos programas de pós-graduação sobre si mesmos em seus aspectos qualitativos e contextualizados.

Ainda segundo o documento,

De acordo com a CAPES (2019), a composição da CAA deverá conter, no mínimo, dois representantes do corpo docente permanente, um técnico-administrativo vinculado ao Programa, um representante discente de cada nível, um egresso do Programa e/ou um profissional especializado da área. Fica a critério do Programa a participação de representante da atual coordenação e/ou de representante de gestões anteriores (da

coordenação do PPG). Recomenda-se que a recondução dos membros da CAA ou a instituição de uma nova composição seja realizada a cada 2 (dois) anos.

No nosso Regimento não há indicação de um representante da atual coordenação ou gestão anterior na Comissão de Auto Avaliação, mas de **toda** a Comissão Executiva, como se lê nas atribuições dessa última. Parece haver uma sobreposição de funções, entre a Comissão Executiva e a Comissão de Auto avaliação, fato que mescla visões que deveriam ser, de um lado, distanciadas e compartilhadas (processo da auto avaliação) e de outro, com visões de gestão. No atual Regimento, diz-se que:

Art. 11 - Compete à Comissão Executiva:

I. Apoiar a Coordenação do Programa no desempenho das atribuições relativas às atividades acadêmicas e científicas internas ao MDU;

II. Ao final do ano letivo: (i) Realizar o planejamento estratégico anual do MDU (ii) Elaborar, juntamente com a Comissão de Autoavaliação, o relatório anual de avaliação do Programa, observadas as exigências da CAPES; (iii) Encaminhar ao Colegiado parecer sobre manutenção e descredenciamento de docentes, de acordo com o relatório bienal de auto avaliação do Programa; [...]

Tal sobreposição reforça-se no artigo 6º do atual Regimento, ao definir que a Comissão Executiva dará apoio à Comissão Externa de credenciamento e descredenciamento, quando esse apoio deve ser dado pela Comissão de Autoavaliação.

Outro aspecto importante a frisar é que, no item III acima, se vê que o encaminhamento - ao Colegiado - do parecer de descredenciamento de docentes deve ser **DE ACORDO** com o Relatório Bienal de Autoavaliação do Programa.

Essa articulação entre Autoavaliação e credenciamento e descredenciamento que surge no item III é essencial. No já referido documento da UFPE sobre a autoavaliação é importante destacar como:

[...] é significativo que cada CAA desenvolva instrumento(s) avaliativo(s) capazes de captar as especificidades do PPG e de dialogar com os aspectos relevantes no contexto da respectiva área de avaliação. Os instrumentos de autoavaliação podem ser pensados e desenvolvidos em sua função de mecanismo de diagnóstico, com o fim de promover subsídios de ação para o Programa de Pós-Graduação, no seu processo de avaliação interna e de planejamento.

No decorrer do processo avaliativo, é fundamental o estabelecimento de mecanismos de análise sistemática dos dados, de forma condizente com os critérios e instrumentos definidos pela Comissão de Autoavaliação do PPG. Os dados provenientes da utilização de ferramentas adequadas ao intuito da autoavaliação são cruciais para o desenvolvimento do processo. Os resultados obtidos de forma consistente têm o potencial de subsidiar o planejamento e a tomada de decisão do PPG, de modo a repercutir em mudanças significativas para a articulação entre os objetivos e metas estabelecidos e as atividades concretamente realizadas.

Entende-se que o credenciamento/descredenciamento/recredenciamento deve acontecer à luz da autoavaliação. Como diz o documento, o diagnóstico servirá como promotor de “subsídios de ação”.

Sem esses subsídios, como garantir uma ação coerente com os objetivos, as metas, as perspectivas do Programa?

Seremos avaliados pela CAPES pelo **processo** de autoavaliação. Para esse processo, são previstas diversas etapas que lhe conferem transparência e participação.

No nosso atual Regimento está definido que:

II. A comissão deve elaborar um plano de autoavaliação, contendo objetivos, estratégias, método (instrumentos, formas de análise, frequência de coleta de dados), implementação e formas de divulgação dos resultados para ser aprovado pelo Colegiado.

Também no documento da UFPE acima citado (2020 - “Documento norteador para o processo de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFPE”) está definido que “a proposta de autoavaliação, enquanto processo, é constituída em cinco etapas” e apresenta o seguinte figura-resumo:

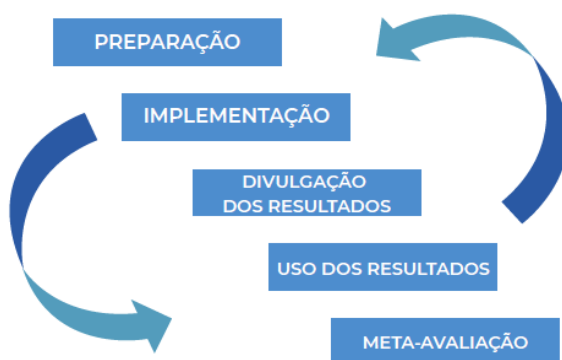


Figura 3 - Etapas do processo de autoavaliação¹

Será negativo para o Programa apresentar decisões que chegam primeiro do que os diagnósticos da autoavaliação. Precisamos ter muito cuidado com isso. Como diz a Profa. Rita Barradas Barata em sua palestra “Desafios e Perspectiva da Pós-Graduação no Brasil”, o Sistema de Avaliação da CAPES entra historicamente - e ainda hoje - como uma estratégia de imprimir as mudanças que se quer nos PPGs. Precisamos bem estudar as perspectivas que a CAPES nos coloca no momento para termos clareza desses indicativos de mudança que se estão implementando e uma delas, sem dúvida, é o processo de auto avaliação. O horizonte apontado pela referida professora é o da avaliação segundo as vocações de cada Programa. Precisamos pensar a vocação do MDU para o próximo quadriênio para então definir o perfil de seu corpo docente, as metas, etc. e, consequentemente, o credenciamento e descredenciamento de professores.

De forma pragmática, pode haver indicações sobre as exigências e perspectivas da CAPES para a avaliação do quadriênio. A professora Ângela Souza desenvolveu um breve ensaio sobre critérios de avaliação docente a partir do documento “Relatório 2019, com Propostas de Aprimoramento de Práticas e de Avaliação da Pós-graduação Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 _ Proposta Multidimensional”, elaborado por uma Comissão Especial do Acompanhamento do PNPG 2011-2020. Esse documento indica perspectiva concreta de maior avaliação qualitativa dos docentes. Posteriormente, podemos também apresentar esse ensaio.



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

Pelo exposto, solicitamos:

1. Que a Comissão de Autoavaliação seja condutora de todo o processo, reportando-se diretamente ao Colegiado, seguindo, nesse sentido, recomendação da própria UFPE;
2. Que o processo de credenciamento / credenciamento / descredenciamento ocorra atrelado ao diagnóstico da Autoavaliação.
3. Que o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021 sejam intensos quanto ao trabalho de autoavaliação e que, ao final do primeiro semestre de 2021 possamos, tendo em vista os objetivos e metas do Programa, definir os critérios de credenciamento/credenciamento / descredenciamento.

Mas, e o que fazer com o processo já iniciado pela Coordenação de definição dos membros de comissão externa e envio de material base para análise do descredenciamento docente?

O atual regimento define que o credenciamento/descredenciamento “será conduzido por comissão de professores de reconhecida competência participantes de outros programas de pós-graduação associados às linhas de pesquisa do Programa e externos à UFPE, externos ao programa, composta por três membros.” (Art 6º). Entretanto, o regimento não define como serão escolhidos estes membros e nem qual material lhes será enviado. Sabendo-se que, apesar dessa indefinição, o material já foi enviado,

Solicita-se:

4. O cancelamento da comissão indicada sem aprovação do colegiado.
5. Que a definição da comissão externa de credenciamento/credenciamento seja definida e aprovada pelo colegiado e que o seu trabalho seja balizado pelo material construído pela comissão de Autoavaliação, respeitando as etapas necessária à sua realização.

TEMA 3: CARACTERIZAÇÃO PROF. COLABORADOR

Quando da aprovação do novo Regimento, a Resolução 09/2011 que estabelece as normas para criação, organização e funcionamento das Pós-Graduações no âmbito da UFPE afirmava, em seu artigo 23, que:

Art. 23 O corpo docente do Programa de Pós-Graduação será constituído por Docentes Permanentes, Docentes Colaboradores e Docentes Visitantes, cada uma dessas categorias sendo caracterizada, de acordo com as normas estabelecidas pela CAPES e observando-se as recomendações da respectiva área de avaliação.

Nesse sentido, havia vinculação entre a caracterização das categorias e as normas da CAPES. O que dizem as normas da CAPES?

A CAPES tem portaria específica que “define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação”.

Nessa portaria, publicada no Diário Oficial da União em 3 de junho de 2016 (Portaria n. 81), está assim caracterizado o Docente Colaborador:



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

Art. 9º Integram a categoria de colaboradores os demais membros do corpo docente do programa que não atendam aos requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente de possuírem ou não vínculo com a instituição.

I - O desempenho de atividades esporádicas como conferencista, membro de banca de exame ou coautor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa, não podendo o mesmo ser enquadrado como docente colaborador;

II- Informações sobre atividades esporádicas do colaborador como conferencista, membro de banca de exame ou coautor de eventual trabalho, quando relatadas por um programa ou curso de pós-graduação, poderão complementar a análise da atuação do programa.

Em setembro do presente ano, foi aprovada nova Resolução da UFPE (Resolução n. 19/2020) que substitui a Resolução 09/2011. O que essa Resolução diz a respeito?

Art. 18. O corpo docente do PPG é constituído por docentes da UFPE, pesquisadores externos à UFPE, professores aposentados, todos com título de doutor e também pós-doutorandos cujo credenciamento tenha sido aprovado pelo colegiado.

Vê-se que a nova Resolução não entra no mérito de descrever as categorias. Qualquer interpretação da Resolução extrapola os limites da própria Resolução. Entendemos que devemos atender ao que determina a UFPE e à categorização específica vigente da CAPES, que nos avalia. Ser professor da UFPE não exclui as categorias Permanente e Colaborador.

A CAPES determina o que fundamenta as normas dos PPGs. E, as resoluções e os regimentos devem estar em consonância aos princípios estabelecidos pela Portaria da CAPES. O não atendimento à Portaria CAPES leva a contradições como essa apontada em nosso Regimento.

Gostaríamos de salientar que entre novembro e dezembro de 2019 o Programa passou quatro docentes da categoria de Permanente para Colaborador, o que, naquele momento se entendeu que amenizaria o impacto que os docentes poderiam ter frente à produtividade do MDU no presente quadriênio. Será preciso rever este entendimento a partir do ensaio desenvolvido pela Prof.^a Ângela Souza. Naquele momento, foi sinalizada a possibilidade de retorno desses docentes para a categoria de permanente, agora inviabilizada pelo perfil de Colaborador do novo Regimento, em desacordo, como já apontado, com a normativa da CAPES.

Pelo exposto, solicitamos:

6. Que o Colegiado vote a correção da categorização do professor Colaborador no novo Regimento, o caracterizando como feito pela CAPES.

Em 2020, a UFPE publicou o “Documento norteador para o processo de autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFPE”, no qual afirma que:

TEMA 4: ESPECIFICIDADES DO MOMENTO

O tempo de fazer as coisas

‘Tudo tem o seu tempo determinado sobre a Terra’, escreveu o autor do Eclesiastes.

Por várias razões, o ano de 2020 não parece ser o tempo para se realizar a auto avaliação do MDU com aplicação imediata de decisões relativas a credenciamento, nem para qualquer outro PPG.

A primeira delas é que a comunidade acadêmica está enfrentando um governo federal que tem entre os seus projetos, acabar, ou enfraquecer significativamente, a produção do conhecimento no país. Para tanto, as universidades federais são alvos frequentes como todos sabemos. Do ponto de vista individual, isto é, de possibilidades de reveses em suas vidas cotidianas, o Governo ameaça dia sim, outro também, o achatamento de salários, a supressão de concursos, etc. Este é, pois, um momento em que vivemos sob constante ameaça, não apenas contra a instituição que nos acolhe, mas também de dificuldades crescentes quanto à nossa própria sobrevivência profissional.

A segunda razão é que, vivendo a tempestade perfeita, associada a essa situação de insegurança profissional, específica dos docentes brasileiros, enfrentamos também, no país, uma pandemia global sem precedentes nas nossas histórias de vida, cuja ameaça, concreta, de morte física, se apresenta diante de nós cotidianamente.

É, portanto, nessa realidade, inédita para nós, de fragilidade pessoal, profissional, financeira, institucional e cívica, com profunda repercussão emocional, física e psíquica, como têm constantemente alertado autoridades respeitadas de saúde, que a Coordenação resolve implantar uma alteração profunda na estrutura do Programa, com repercussões diversas na vida dos seus docentes. Em outras palavras, a Coordenação adicionou mais uma importante fonte de estresse aos seus professores, além das sérias dificuldades em que estamos envolvidos. A inadequação do momento para implantação do processo de auto avaliação com conseqüente credenciamento/descredenciamento foi diversas vezes apontada à Coordenação, durante as reuniões realizadas ao longo desse momento pandêmico.

Fechamos esse documento reforçando a solicitação de que os próximos 8 meses sejam dedicados à estruturação da auto avaliação. Esse será tempo de maturação de uma proposta de autoavaliação pela comissão responsável, com possibilidade de constante diálogo com o Colegiado, que aqui se dispõe, na figura dos professores que assinam esse documento, a colaborar com o processo.

Documentos consultados:

DOC 1. Portaria CAPES que define três categorias:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-81-de-3-de-junho-de-2016-21639834>

DOC. 2 Resolução 11/2019 UFPE

<https://www.ufpe.br/documents/442062/1553126/Res+2019+11+CEPE+%28Disciplina+Programas+de+Pós-Graduação+Stricto+Sensu+na+UFPE%29.pdf/c2f1e656-500b-4d7b-8abf-8a83558e4b23>

DOC. 3 Resolução 19/2020 UFPE

<https://www.ufpe.br/documents/38962/2571920/bo98.pdf/15137ccb-1bd8-45e0-b6ba-185cba6e613f>

DOC. 4 e 5 Regimento Atual e Anterior do MDU.

RESUMO PROPOSITIVO:

1. Que a Comissão de Autoavaliação seja condutora de todo o processo de Autoavaliação, reportando-se diretamente ao Colegiado, seguindo, nesse sentido, recomendação da própria UFPE;



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

2. Que o processo de credenciamento /credenciamento / descredenciamento somente ocorra atrelado ao diagnóstico da Autoavaliação.
3. Que o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021 sejam intensos quanto ao trabalho de auto avaliação e que, no início do segundo semestre de 2021 possamos, à luz dos objetivos e metas do Programa (diagnóstico a ser aprovado pelo colegiado), definir os critérios de credenciamento/ credenciamento / descredenciamento.
4. Que seja cancelada a comissão externa de credenciamento/recredenciamento/ descredenciamento, indicada pela coordenação e comissões, sem aprovação do colegiado.
5. Que a comissão externa de credenciamento/recredenciamento/ descredenciamento seja definida e aprovada pelo colegiado e que o seu trabalho seja balizado pelo material construído pela comissão de Autoavaliação, respeitando as etapas necessárias à sua realização.
6. Que o Colegiado vote a correção da categorização do professor Colaborador no novo Regimento, o caracterizando de acordo com as normas da CAPES.
7. Para melhoria da comunicação com o Colegiado, solicitamos:
 - a. que doravante as propostas trabalhadas pela Coordenação junto às Comissões executiva e de autoavaliação sejam enviadas com a devida antecedência de pelo menos 7 dias úteis aos professores para que cada um possa estudar e mais bem contribuir para as discussões e análises sobre o que é importante para o MDU e para seu futuro;
 - b. do mesmo modo, que seja apresentado um cenário das discussões que nortearam as propostas da coordenação junto às comissões, para que, novamente, o Colegiado possa acompanhar as lógicas, os raciocínios que levaram às propostas que lhes forem trazidas;
 - c. que, dentro desse espírito de cooperação e de apoio, seja construído, conjuntamente com a Comissão de Auto Avaliação, um quadro comparativo sobre o que sugere a CAPES e a UFPE e sobre o que pode sugerir o Colegiado do MDU aos processos de avaliação, credenciamento de professores, produção acadêmica, entre outros temas pertinentes e - sempre com base nas Proposições A e B aqui apresentadas.



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE

Prof Tony Meirelles dos Santos
Coordenação Geral de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu
Caro Professor,

Recebemos uma demanda de oito professores permanentes e cinco professores colaboradores do PPG MDU ao qual solicitamos parecer desta Coordenação para uma melhor resposta ao nosso Colegiado. No resumo propositivo, enviado por eles, constam os seguintes pontos:

1. A Comissão de Autoavaliação (CAA) como condutora do processo de autoavaliação do Programa, reportando-se diretamente ao Colegiado.

Nosso entendimento: os artigos 12, 13 e 11 (inciso II) do nosso Regimento Interno definem o seu papel. De acordo com a resolução 19/20, o artigo 24 confere autonomia a CAA cujo instância de acompanhamento é o Comitê Institucional de Autoavaliação.

2. Processo de credenciamento/credenciamento/descredenciamento atrelado ao diagnóstico de autoavaliação e cujo cronograma deva ocorrer no segundo semestre de 2021.

Nosso entendimento: o artigo 6 do Regimento Interno e o artigo 15 da Resolução 19/20 estabelecem o início da quadrienal como cronograma, sendo que o nosso Regimento, no artigo 6 aliena III, define que esse calendário é bienal. Aguardamos instruções da PROPG para condução do processo à luz de instrução normativa específica, inclusive calendário para o processo de credenciamento.

3. Cancelamento da Comissão Externa de Avaliação

Nosso entendimento: é prerrogativa da Coordenação sua nomeação, vide artigo 6 do Regimento Interno. A PROPG, na pessoa da Prof. Carol Leandro, em reunião do dia 06 de outubro solicitou o envio do resultado para conhecimento. Será encaminhado ainda esse ano.

4. Redefinição da categoria de professor colaborador.

Nosso entendimento: em que pese que em nosso Regimento, artigo 5, defina o perfil do Professor Colaborador, a resolução 19/20 em seus artigos 18 e 19 trabalham com a categoria docente. Isso posto, o Regimento Interno precisará ser alterado à luz da referida resolução e, em nosso cronograma, acontecerá em abril/2021.

5. Comunicação com o Colegiado

Nosso entendimento: Planejamento Estratégico e de Autoavaliação estão em elaboração pelas respectivas Comissões, bem como o Calendário administrativo 2021, e tão logo sejam concluídos irão para deliberação do Colegiado como consta no Regimento Interno, artigos 6, 11, 12 e 13.

Cristina,

De acordo com o texto.

Att.

Prof. Dr. Tony Meireles dos Santos
Coordenador dos PPG Stricto Sensu da UFPE